



## Experiências Transformadoras

# Representações sociais da violência na perspectiva da adolescente

*Social representations of violence from the perspective of the adolescent*

Geisilane Nogueira da Silva<sup>1</sup>  
Elaine Cristina Dias Franco<sup>1</sup>  
Letícia Dutra Moreira Mendes<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de São João Del-Rei

**Resumo:** A adolescência é uma etapa do desenvolvimento na qual ocorrem diversas alterações biopsicossociais. Trata-se de uma fase em que há maior exposição às situações de risco para a saúde e a vida, dentre elas a violência. Esse estudo teve como objetivo identificar, na perspectiva das adolescentes, suas percepções acerca da violência, especialmente a de gênero, nos seus cotidianos. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, que se sustenta no referencial teórico das representações sociais. Participaram 14 mulheres adolescentes, com faixa etária entre 11 e 18 anos, incluindo uma que se reconhece como mulher transexual. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2021 de forma virtual através de plataforma do Google Meet. As estratégias de coleta foram a entrevista individual e o grupo focal. A análise de dados foi realizada através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin e emergiram como resultado as seguintes categorias temáticas: a) percepções acerca da violência contra mulher; b) percepções acerca da violência contra mulher negra; e c) percepções acerca da violência contra mulheres das minorias sexuais e de gênero. Conclui-se que as adolescentes conseguiram verbalizar sobre as violências presenciadas especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Foram promovidos diálogos sobre as especificidades da violência contra mulher negra e das minorias sexuais e de gênero e, assim, as adolescentes foram capazes de reinterpretar a realidade vivida em seus cotidianos, apresentando novas representações ou reafirmando seus valores, ao serem apresentados diferentes posicionamentos partilhados socialmente em grupo sobre a temática da violência. Há um longo caminho a ser percorrido na desconstrução da cultura patriarcal, misógina, racista e LGBTQIA+fóbica, pois são questões estruturadas e institucionalizadas no Brasil e no mundo com concepções sobre a mulher adolescente construídas historicamente.

**Palavras-chaves:** Adolescente, Percepção, Violência contra a Mulher, Pessoas LGBTQIA+, Racismo.

**Abstract:** Adolescence is a stage of development in which several biopsychosocial changes occur. It is a phase in which there is greater exposure to risk situations for health and life, including violence. - Objective: to identify, from the perspective of adolescents, their perceptions about violence, especially gender violence, in their daily lives. This is a descriptive study, with a qualitative approach, which is based on the theoretical framework of social representations. A total of 14 adolescent women aged between 11 and 18 years old participated, including one who recognizes herself as a transsexual woman. Data collection took place between June and August 2021 virtually through the Google Meet platform. The collection strategies were individual interviews and focus groups. - Data analysis was performed using Bardin's Content Analysis technique and the following thematic categories emerged as a result: a) perceptions about violence against women; b) perceptions about violence against black women; and c) perceptions about violence against women of sexual and gender minorities. It is concluded that the adolescents were able to verbalize about the violence they witnessed, especially in the context of the COVID-19 pandemic. Dialogs were promoted about the specifics of violence against black women and of sexual and gender minorities and, thus, the teenagers were able to reinterpret the reality experienced in their daily lives, presenting new representations or reaffirming their values, by being presented with different positions shared socially in groups about the thematic of violence. There is a long way to go in deconstructing the patriarchal, misogynist, racist and LGBTQIA+phobic culture, as these are structured and institutionalized issues in Brazil and in the world with historically constructed conceptions of adolescent women.

**Keywords:** Adolescent. Perception. Violence Against Women, LGBTQIA+ People, Racism.

## 1. Introdução

A adolescência pode ser compreendida como uma etapa do desenvolvimento entre 10 a 19 anos na qual ocorrem diversas alterações biopsicossociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS), estima que 23% da população brasileira seja adolescente<sup>1</sup>.

No Brasil, o limite etário para a adolescência é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, edificado pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, no qual é deliberado em seu Art. 2º que o adolescente refere à pessoa com idade entre 12 e 18 anos<sup>2</sup>.

Na adolescência, os(as) jovens passam por diversas transformações a fim de alcançar a vida adulta. Trata-se ainda de uma fase onde são mais expostos(as) às situações de risco para a saúde e a vida, dentre elas, a violência. O termo violência é de origem latina e deriva da palavra *vis* que significa força, ou seja, refere às noções de constrangimento e superioridade sobre o outro<sup>3</sup>. Pela OMS, a violência é definida como o uso de força física ou poder, seja em ameaça ou na prática, que pode ser contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade de modo que gere sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação<sup>4</sup>. Depreende-se daí o entendimento de que a violência é múltipla, pois tem caráter multifacetado e polimórfico.

As desigualdades produzem a superioridade de um ser sobre o outro e podem ser enfatizadas entre e dentro das famílias. Na primeira, as condições são vivenciadas de forma conjunta entre os membros das famílias, ou seja, há uma desigualdade entre famílias, que podem ser de classe, renda, cor/raça, bem como as associadas a espaços desiguais, como as regiões, entre e dentro dos municípios, ou entre áreas rurais, urbanas e metropolitanas. Em contrapartida, há desigualdades que transcorrem dentro das famílias, entre seus membros, especialmente as de gênero e geracionais. As diferenças de idade e de gênero promovem desigualdade em aspectos como a divisão do trabalho e a vulnerabilidade à violência doméstica. O machismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia e o etarismo afetam a vida social geral e de forma específica a vida familiar. São dimensões que estruturam desigualdades e perdura a vulnerabilidade de mulheres e jovens<sup>5</sup>.

Meninos e meninas estão expostos a violência familiar de forma diferenciadas. As meninas comumente enfrentam a sobrecarga em atividades domésticas e violência sexual em maior grau que meninos, o que justifica a necessidade de enfoque na violência contra mulheres, em especial as adolescentes. Outra particularidade a ser tratada, é a violência contra adolescentes LGBTQIA+, visto que a sociedade e as famílias cisheteronormativas também exercem o agravamento da violência contra esses jovens<sup>5</sup>.

A violência é um comportamento comumente naturalizado pelas adolescentes, o que implica na aceitação das agressões. Ela é entendida enquanto comportamento culturalmente aceito, o que dificulta a percepção das adolescentes e seu reconhecimento da dominação como tal, de forma que as situações se persistam em relações desrespeitosas<sup>6</sup>.

No interior das relações familiares, é possível perceber a influência do sistema patriarcal em que a dominação dos homens sobre as mulheres é aceita socialmente como natural e justificada devido aos sistemas simbólicos solidificados socialmente<sup>7</sup>. Pode-se pensar que há um processo histórico de atribuição de papéis sociais que iniciam as marcas na vida das adolescentes e inviabilizam seus desejos. A violência simbólica se caracteriza por mecanismos de cumplicidade entre quem sofre a violência e o agressor, pois a vítima se submete a relações de poder de forma inconsciente<sup>8</sup>. A violência simbólica oculta as relações de poder não só entre a categoria gênero, mas também nas de geração, raça/etnia e classe social. Assim, a violência se edifica no cotidiano dessas jovens por não tomarem consciência desses sistemas de dominação-subordinação que ocorrem de forma silenciosa e estrutural.

De acordo com o Atlas da Violência<sup>9</sup>, as mulheres negras no Brasil sofrem ainda mais violência. No ano de 2019, 66% das mulheres assassinadas no país eram negras. Nessa proporção, se a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a de mulheres negra foi de 4,1. Assim, pode-se afirmar que para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. A violência contra mulher negra é outro tema de relevante discussão, visto que essas mulheres correm ainda mais riscos de vivenciarem violência no Brasil.

Estudos que versem a violência são extremamente relevantes por ser essa uma das principais causas de mortes, incapacitações e vários outros problemas sociais e de saúde que podem se prolongar por toda a vida. No campo da adolescência, a violência contra mulheres é um fenômeno ainda mais complexo, pois se alia a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade, favorecidas pela pobreza, o acelerado processo de urbanização, a ineficácia das políticas públicas e a visão da adolescente como objeto de dominação dos adultos<sup>10</sup>. Sem direitos garantidos no âmbito social e familiar, a adolescente vítima de violência torna-se

impossibilitada de exercer sua cidadania e está exposta às desigualdades e pouca possibilidade de ascensão social.

Diante da diversidade das problemáticas supracitadas é oportuno refletir acerca de como se constitui a violência no cotidiano das adolescentes. Buscando responder a inquietação relacionada, quais representações são dadas à violência na perspectiva dessas adolescentes?

O objetivo desse trabalho foi identificar, na perspectiva das adolescentes, suas percepções acerca da violência, especialmente a de gênero, nos seus cotidianos.

## 2. Percurso metodológico

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa que se sustenta no referencial teórico das representações sociais. Entende-se que a pesquisa qualitativa considera a totalidade do fenômeno, sem focalizar conceitos específicos, mas alicerçada na visão de mundo e subjetividade que permeia o cotidiano dos participantes, neste estudo, representados por adolescentes do sexo feminino. Assim, buscou-se a relação entre o mundo objetivo e o subjetivo da adolescente, em que há o foco no processo de construção dos significados que estas atribuem à violência.

Faz-se importante a investigação baseada na teoria das representações sociais que busca compreender a indissociabilidade entre sujeito e objeto, interno e externo, psíquico e social, de modo a considerar as relações entre esses fatores como circulares, dialéticas e complexas. Assim, esse estudo faz uma análise psicossocial, considerando um contexto grupal que permeia o cotidiano das adolescentes e gera uma realidade partilhada socialmente, atravessada por condições sociais, históricas e culturais<sup>11</sup>.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2021 e contou com 14 mulheres adolescentes de 11 a 18 anos, incluindo uma adolescente que se reconhece como transsexual. Foram convidadas a participar do estudo todas as adolescentes que, no primeiro semestre de 2021, estavam em acompanhamento por uma equipe de residentes especialistas em saúde do adolescente. Outros critérios de inclusão eram ter disponibilidade de tempo e tecnológica para participar da entrevista individual; não apresentar déficit cognitivo ou deficiência que impedisse o entendimento das questões, bem como o comprometimento de decisão sobre a escolha em participar do estudo.

O projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São João Del Rei, por meio do Parecer Consubstanciado n. 4.532.296, em 09 de fevereiro de 2021. Após convite e esclarecimentos acerca da pesquisa, seus objetivos e etapas, cada adolescente menor de idade assinou o Termo de Assentimento e o responsável assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Já as adolescentes maiores de idade, assinaram diretamente o TCLE.

Ao considerar a necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia do Covid-19, a coleta de dados foi realizada de forma virtual através de plataforma do Google Meet. A coleta de dados se dividiu em duas etapas. Na etapa 1 foram realizadas entrevistas individuais. A entrevista promove a interação entre o pesquisador e os atores sociais. É nesta interação que os discursos se tornam uma possibilidade de revelar as perspectivas, os entendimentos, as predileções e as atitudes que permeiam as práticas sociais e o cotidiano das adolescentes diante do fenômeno estudado pelo pesquisador<sup>12</sup>.

Na etapa 2 foi realizado um grupo focal com adolescentes que participaram das entrevistas individuais. Dessas, 4 passaram por imprevistos que impediram a participação na segunda etapa, que contou com presença de 10 mulheres adolescentes.

De acordo com a literatura, o grupo focal deve ser composto de no mínimo 06 e máximo de 15 participantes<sup>13</sup>. Constitui-se em uma técnica fundamentada na discussão e interação de ideias e que proporciona a construção de conhecimentos e a intersubjetividade. Nesses grupos, a discussão sobre um tema ocorre ao receberem estímulos apropriados para o debate, e é uma técnica de coleta de dados reconhecida pelo rigor metodológico para pesquisas qualitativas. Como vantagens, apresenta a ampliação da compreensão sobre um tema específico, o favorecimento de descobertas e trocas de informações culturalmente intrínsecas, além de

oportunizar a interpretação de crenças, representações, percepções, opiniões, relevâncias, valores, pontos de vista, conflitos, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes<sup>14</sup>.

As discussões do grupo focal foram conduzidas a partir de questões norteadoras que permitiram às adolescentes produzirem narrativas sobre suas percepções acerca da violência, incluindo seus tipos, gênero e as dificuldades impostas pelas desigualdades. Para isso, o grupo contou com a presença de um mediador e um observador. Diante da participação efetiva das adolescentes e das discussões que permearam o grupo focal, considerou-se que um encontro foi suficiente para a saturação dos dados. Considera-se saturada a coleta de dados quando nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão do fenômeno estudado. Trata-se de um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de dados<sup>15</sup>.

Para que fosse assegurado o anonimato das entrevistadas foram utilizados nomes fictícios. As falas advindas dos grupos foram precedidas da letra G junto ao nome fictício da adolescente. A análise de dados foi realizada através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin que estuda as comunicações através da análise dos significados<sup>16</sup>. Foram realizadas as três etapas do método, composta por pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados e interpretação. Assim, emergiram como resultado as seguintes categorias temáticas: a) percepções acerca da violência contra mulher; b) percepções acerca da violência contra mulher negra; e c) percepções acerca da violência contra mulheres das minorias sexuais e de gênero.

### 3. Resultados e discussão

#### 3.1 Percepções acerca da violência contra mulher

A violência contra mulher pode ser praticada de diversas formas, tais como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral<sup>17</sup>. Deve ser entendida como um fenômeno social e histórico, caracterizada como qualquer ato que desumanize o ser e o faça um simples objeto reprodutor das expressões da questão social, logo, não deve ser aceito como algo natural<sup>18</sup>. Os seres, ao serem tratados como coisas, estão sendo violentados e passam a visualizar esse fenômeno como algo natural, como pode ser observada a negação nas falas das adolescentes a seguir, ao serem questionadas sobre a vivência de violência, mesmo que posteriormente relatassem situações vivenciadas:

Não aconteceu na minha casa violência (Esther).

Em relação a isso não. É... hoje não né? (Amanda).

Hoje em dia não passo por situação de violência, sabe? (Júlia).

A violência contra mulher é ainda mais naturalizada por estar vinculada às construções históricas como o patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a cultura do estupro, que eternizam e a torna natural e até necessária para que se mantenham as desigualdades de poder<sup>19</sup>. É por meio das relações sociais de gênero que os papéis e modelos são construídos ao longo da história e assim se perpetuam de modo a limitar e oprimir vidas em condições de submissão, conforme é narrado pelas adolescentes entrevistadas, especialmente nas discussões do grupo focal:

[...] Geralmente os homens pensam que a mulher é frágil, né? Aí eles pensam em arregaçar a cara dessa mulher porque ela é frágil e ela não vai dar conta de se defender (Gabriela).

[...] Na minha opinião, tem tudo a ver com... ego ferido, masculinidade frágil, onde ele tem que, sei lá, talvez ele vive num emprego que machuque a masculinidade frágil dele e acha que tem que confirmar isso para si próprio, tem todo um embasamento [...] da sociedade que já construiu isso há muito tempo, sabe? De que tem que ser agressivo, a sociedade foi criada no meio agressivo e violento, tantas guerras na nossa história e não falando só das mundiais que aconteceu no século XX, mas a sociedade foi criada em meio a violência e a agressão. O ser humano, ele é um ser agressivo, na minha opinião por natureza, não significa que não dê para controlar e evitar, mas tá enraizado (G - Lílian).

[...] Tem pai que ensina o filho que ele tem que bater no outro menino se ele fizer tal coisa, só para o menino se sentir mais homem sendo que não tem nada a ver uma coisa com a outra, em vez de ensinar o menino ser mais calmo, conversar, sair da situação (G - Juliana).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) busca estudar o sujeito social e o seu saber vinculado a seu próprio contexto, saber esse construído por sua subjetividade. Através dessa complexa teia de relações, o sujeito social tece sua percepção sobre a violência de gênero<sup>20</sup>. A partir da relação entre entrevistador e entrevistado, bem como dos integrantes na constituição do grupo focal, é possível analisar através da teoria da TRS a construção consensual sobre fenômeno da violência contra as mulheres. Deste modo, observa-se que as adolescentes foram capazes de reinterpretar a realidade vivida em seus cotidianos, apresentando novas representações ou reafirmando seus valores, ao lhe serem apresentados novos posicionamentos partilhados socialmente em grupo sobre a temática da violência. No decorrer do diálogo promovido pelo estudo as adolescentes conseguem verbalizar sobre as violências presenciadas:

Violência física não. Violência verbal sim, com gritos e psicológica também, com imposição de medo [...]. Os meus pais são casados há muitos anos. Na época que eles casaram o machismo era ainda mais predominante, então aqui em casa meu pai é como se fosse superior à minha mãe (Esther).

[...] Meu padrasto... na casa dele... Ele tava... Muito nervoso. Eu não sei o que aconteceu, na real, e ele chegou aqui em casa... violentando a minha mãe, bateu na minha mãe, metendo ela na parede e na hora que minha vó viu que ele tava machucando ela, minha vó gritou: Não! Larga ela! [...] agrediu ela violentamente. Por muitas coisas, assim, ela ficou bem roxa... teve que ir pra delegacia... pra [...] fazer um boletim de ocorrência. Ele foi preso, foi três pessoas que foram presas, não sei, depois eles teve que sair por conta dessa pandemia. Depois ele vai voltar quando essa pandemia acabar (Kelly).

Ao tratar dos tipos de violência, uma adolescente trouxe à luz a violência comumente praticada com mulheres que são mães na adolescência. A violência obstétrica é definida como um grupo de violências praticada pelos profissionais no qual pode-se incluir a prática desnecessárias de procedimentos, violência física, psicológica e negligência, seja no pré-natal, no parto, puerpério ou em casos de abortamento. Esse tipo de violência tem aumentado durante a pandemia da Covid-19, especialmente no que se refere a casos de realização de intervenções desnecessárias, como cesáreas; proibição de acompanhante durante o trabalho de parto; além de separação e isolamento imediatos do recém-nascido da mãe<sup>21</sup>. Assim, uma adolescente entrevistada narra a situação vivida no trabalho de parto no período de pandemia:

Quando eu tava lá, né? Na hora, o médico mesmo que teve falou, né? Que era para mim lembrar bem daquele momento que nessa idade que eu tô não era não era certo, não era o momento, [...] que na próxima vez que eu fizesse era para mim lembrar e não querer passar por isso de novo. Ele falou com essas palavras ainda (Amanda).

A lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um grande avanço no direito à seguridade das mulheres brasileiras ao reconhecer a violência contra a mulher como qualquer ato que acarrete em danos às mulheres seja em meio público ou privado<sup>22</sup>. Entretanto, apenas a criação de leis não resulta na superação das violações de direitos, como observado na fala a seguir:

[...] Tem até uma lei só para as mulheres então é inegável o fato que faz a diferença ser mulher [...]. Não adianta criar a lei contra isso se a mentalidade das pessoas continua a mesma. Eu acredito que não tem que mudar a sociedade tem que mudar as pessoas que vivem nela (Lilian).

O movimento violador permanece, se aliando às assimetrias de gênero, por meio de ações do Estado, instituições e agentes públicos, devido às relações de poder historicamente construídas, acirradas pelo capitalismo e impactam no planejamento, elaboração e monitoramento de políticas sociais<sup>23</sup>. Essas violências trazem marcas irreparáveis na mulher que a sofre e tal problemática está evidenciada na continuidade da entrevista com a adolescente:

[...] diversas marcas, por exemplo aconteceu o caso da... esqueci o nome dela, mas eu acho que é Marina, que ela foi estuprada por um cara que é super rico e ficou dois anos ou três falando sobre isso na internet tentando conseguir justiça. Ela falou que desde que aconteceu ela não conseguiu sair de casa, antes da pandemia, acontece vários traumas é diferente para cada pessoa (Lilian).

O caso mencionado pela adolescente trata-se de Mariana Ferrer, que teve impacto nacional, especialmente após as cenas da segunda audiência de instrução e julgamento do caso que foram divulgadas pelo site *The Intercept Brasil*. O processo investigava André de Camargo Aranha, que foi acusado de ter estuprado Mariana, durante uma festa em dezembro de 2018, em um camarim privado do estabelecimento Café de La Musique em Jurerê Internacional, em Florianópolis, onde a jovem atuava como influenciadora digital e embaixadora<sup>22,24</sup>. Como é mostrado no vídeo exibido pelo site, a defesa do acusado apresenta várias fotos retiradas das redes sociais da vítima nomeadas por ele como fotos em posições

*ginecológicas*, buscando, dessa forma, questionar a conduta moral da jovem. Vem à tona a reflexão quanto à culpabilização da vítima. Na época, a vítima primária de estupro, acabou sendo revitimizada pelo sistema penal<sup>25,26</sup>. A violência institucional sofrida por Mariana, reproduz a violência estrutural advinda do patriarcado e das opressões sexistas, culminando na vitimização terciária dessa mulher pelo contexto social atravessado por ideias machistas. Isso pode ser observado através da continuação da violação ao ser apresentado posteriormente nos principais espaços midiáticos brasileiros, o enunciado *estupro culposo*, ao se referirem ao caso<sup>22</sup>. É comum a vítima ser culpabilizada pela situação de violência sofrida, como fica bem evidenciada na fala dessa participante do grupo:

Não só na questão da mulher também... tem adolescente que sofre abuso, né? Aí ela fica achando que é culpa dela... Que é a roupa que ela estava vestindo, que é o jeito que ela senta ou algo assim, o jeito que ela prende o cabelo, sendo que a culpa é [...] do indivíduo lá, que é um lixo, né? Aí, A maioria das vezes não, mais tem gente que é mais ativa, ah, vou denunciar e pronto, é violência tanto verbal quanto a física, né? (G - Juliana).

Mesmo diante de diversos vestígios e provas de violência prática contra a jovem pelo empresário, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) confirmou a decisão de primeiro grau e deu ao agressor o desfecho favorável com absolvição por falta de provas<sup>27</sup>. Vários projetos de lei (PL) têm sido criados, entre eles Projeto de Lei (PL 5091/2020) que altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional e o PL 5096/2020 que foi batizado com o nome de Mariana Ferrer e visa alterar o Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/1940), Código de Processo Penal (Decreto Lei nº 3.689/1941) e Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995). Esse PL busca impedir atos contra a dignidade da vítima e de testemunhas e estabelece causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. Ambos projetos de lei aguardam apreciação do senado federal<sup>28</sup>.

Em suas narrativas as adolescentes também elucidaram sobre a pouca credibilidade conferida a fala da vítima quando o estupro é cometido por uma pessoa íntima e em contextos privados:

[...] eu vi um documentário de mulheres casadas, quando eram crianças, e elas disseram que no meio, a chance de mulheres que foram estupradas pela primeira vez... ser a segunda é muito grande... e na segunda acontecer a terceira só cresce. Eu não entendo o porquê. Tipo, como que os estupradores sabem quem foi? Ele consegue ver a pessoa vítima, consegue achar totalmente... eu não consigo entender como que isso acontece. Mas são fatos, se você sofrer violência a chance de sofrer outra é duas vezes maior do que na primeira. Isso é inacreditável, isso acontece, não sei se tem jeito de evitarem [...] (Lilian).

Sabe-se que mesmo tendo sua prevalência em ambientes privados ou domésticos<sup>29</sup>, a violência sexual praticada no âmbito domiciliar é invisibilizada e acaba assumindo uma condição de repetição.

Pensando em outros tipos de violência contra mulher, o feminicídio é uma das consequências mais graves. Outro dado importante é que o que o autor do feminicídio é identificado em 51% dos casos. Desses, 88,8% são praticados por companheiro ou ex-companheiro da vítima. Além disso, 65,6% dos casos são cometidos na própria residência da vítima, enquanto 22,2% são praticados em via pública e 12,2 em outras localidades<sup>17</sup>. Em sua narrativa a adolescente Sophia traz à luz a vivência do feminicídio em seu contexto familiar:

[...] Ele tava batendo nela, tipo puxando o cabelo dela..., mas eu não posso confirmar que é verdade, até porque, né? Eu não tenho... eu não vi com meus próprios olhos. Mas aí na hora que ela foi pra descer pra ir embora..., mas com certeza ele tava pedindo era dinheiro e ela não quis emprestar porque ele estava com ela só por interesse em questão de dinheiro. Aí ela pegou e tipo falou que não iria dar dinheiro e pronto [...] ele tava junto com ela só por conta de dinheiro, eu creio que foi isso, né? Pra mexer com coisa errada [...] ela pegou e desceu, aí no momento que ela tava descendo, ele... tava com uma faca, né? Aí ele acabou esfaqueando ela... tipo no pescoço dela, sabe? (Sophia).

É importante destacar que o Brasil é um dos países com o maior índice de feminicídios do mundo. Mais recentemente foram criadas duas leis que se destacam no enfrentamento da violência contra a mulher. A primeira é a Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, mencionada anteriormente. A segunda é a Lei n. 13.104/2015 que qualifica o homicídio contra a mulher como feminicídio quando acontece por razões de gênero feminino. Corresponde um avanço no sentido de que os assassinos misóginos tenham suas ações amenizadas e taxadas como crime passionai<sup>30</sup>.

Assim, retira-se o véu dos verdadeiros motivos que se escondem por trás de assassinatos de mulheres.

Na pandemia de COVID-19, dados apontados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indicam que o número de ligações para o Ligue 180, aumentou aproximadamente 9% quanto às denúncias de violência contra a mulher após as medidas utilizadas para conter a pandemia de COVID-19. Vale ressaltar que os dados do Disque 100 costumam estar subestimados e não representam a totalidade de casos de violência. Esse aumento de casos pode acontecer pelos seguintes fatores: isolamento da vítima, o que aumenta sua vulnerabilidade, desemprego e consumo de álcool ou drogas ilícitas pelo agressor, o que aumenta a violência e permite o agressor ter mais controle da vítima. Além disso, a violência contra mulher em sua maior parte, ocorre por habitantes da mesma casa da vítima<sup>17</sup>. As seguintes narrativas das entrevistas e do grupo focal evidenciam esses fatos:

Com a pandemia mudou, eu não estou acompanhando nos jornais, mas quando eu tava acompanhando eu vi que cresceu significativamente os índices de violência contra mulher. Na minha opinião, tem uns caras que já tem coragem de agredir a mulher que já não agredia antes, teve que ficar preso dentro de casa com a mulher e os filhos, acaba ficando estressado com todo mundo e acha que tem direito de descontar raiva nos outros (Lilian).

Pode ter aumentado um pouco porque as pessoas tá muito dentro de casa e tipo a mulher que tem um relacionamento abusivo e o marido dela não tá saindo pra trabalhar e tal [...] (Juliana).

A violência doméstica cresceu assim, drasticamente, né? [...] Eu acredito que muito pelo estresse que a pandemia tá trazendo [...] E como a gente já comentou, a sociedade aprendeu a ser agressiva ao decorrer dos anos, então, esse estresse tá sendo todo descontado em violência, então, os índices só estão crescendo (G - Esther).

Diante de toda a complexidade exposta até então sobre a violência contra mulher, parte-se agora para a análise em suas interseções mulher negra e mulheres das minorias sexuais e de gênero.

### 3.2 Percepções acerca da violência contra mulher negra

A taxa de mortalidade de mulheres negras em 2009 era 48,5% superior à de mulheres não negras. Ao se passarem onze anos essa taxa aumentou para 65,8%. Assim, esses números revelam que a mortalidade feminina é ainda mais acentuada em determinados grupos. O total de mulheres negras vítimas de homicídios em 2009 era 2.468 passando 2.419 em 2019. Por outro lado, o número de mulheres não negra mortas em 2009 era de 1.636 passando para 1.196 em 2019, ou seja, diminuiu 26,9% no mesmo período. Esses dados demonstram que a violência contra mulher negra possui suas especificidades, pois o racismo é um eixo articulador das desigualdades que impacta nas relações de gênero, acrescido ainda de outros fatores geradores de violência, como desigualdades socioeconômicas, conflitos familiares e conjugais e intolerância religiosa aos quais as mulheres negras estão ainda mais expostas<sup>9</sup>. Assim, adolescente Esther, ao ser questionada sobre como o *bullying* acontecia menciona:

Porque eu era diferente das outras meninas e também da cor da minha pele, né? Sou descendente de negros, a minha pele é mais escura, então veio muito pela questão do meu corpo, da minha cor. Aí já entra no quesito de coisas de gordofobia, de racismo, que são também frutos dessa violência, sabe? A questão do racismo e a do machismo é muito atuante na minha vida. A do machismo [...] vivencio em casa e a do racismo nas ruas mesmo (Esther).

Nessa fala, fica visível o quanto as categorias gênero e raça geram discriminações e subalternidades construídas historicamente que são utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais. Esse fato aponta o quanto a vulnerabilidade de mulheres negras é maior em todos os âmbitos sociais<sup>9</sup>, sendo ainda mais acentuada quando se trata de mulheres negras da comunidade LGBTQIA+, como presente nas narrativas abaixo, sendo a primeira de uma adolescente mulher transexual:

Acho que é porque tipo sempre tive um jeito afeminada, então, assim... eu vestia roupa colada e tudo mais, conversava só com meninas... e vinha com as piadinhas: ó o veadinho, ó o preto, prefinho e tudo mais. Aí discutia... vinha te fazer agressão. Eu brigava na escola... minha mãe ia todo dia pra escola, não tinha um dia que minha mãe não ia para escola. Tem gente que não aceitava... (Júlia).

Também tem grupos que estão propensos a sofrer mais violência do que outros, por exemplo, tipo negros, mulheres... mulheres negras... pessoas do grupo LGBT (G - Lilian).

As políticas públicas devem estar preparadas ao atendimento das especificidades das mulheres negras no que se refere ao enfrentamento das altas taxas de violência mantendo o olhar sobre o racismo e a discriminação como fatores promotores de desigualdade<sup>9</sup>. Os empecilhos impostos para a saída dessas mulheres de trabalhos precários e dificuldades socioeconômicas são fatores que favorecem a permanência das mulheres na situação de violência. Podem ser observados esses dificultadores quando a adolescente Juliana, diz:

Tem gente que bate... tipo... violência verbal, só porque é negro começa a xingar. Teve um caso que eu vi no jornal que a moça era manicure, a outra achou ruim que ela ia fazer a mão dela, só por ela ser negra, começou a xingar a moça e tal (Juliana).

Além das questões de desigualdades levantadas sobre o racismo é importante pensar que os(as) adolescentes também são vistos como inferiores em comparação aos adultos, vivendo relações de poder verticalizadas mediadas por adultos que comumente os(as) subordinam e os(as) inferiorizam<sup>23</sup>. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece o(a) adolescente como sujeito de direitos individuais e coletivos, de modo que tanto a família, quanto a sociedade e o Estado são responsáveis por seu desenvolvimento, o que foi um passo importantíssimo para o rompimento com os estigmas de submissão e desigualdade social desse público<sup>31</sup>.

Contudo, as relações de superioridade dos adultos ainda corroboram com a continuidade de situações de racismo. Esse fato pode ser observado quando Lílian expressa em sua narrativa a inércia dos adultos diante de uma situação de racismo:

[...] Até que aluno interferia, mas nenhum superior e inferior interferia. Pelo contrário, do lado deles o cara era massacrado. Era estranho, para não dizer inquietante (Lílian).

Nesse contexto, a família enquanto produto histórico de seu contexto social e cultural, também opera como transmissora de valores e crenças sociais<sup>31</sup>. Essas práticas socializadoras são orientadas por meio de padrões dominantes que se constituem na sociedade e que habitualmente legitimam consciente ou inconscientemente práticas violentas inclusive do Estado, em processo de mútua influência muitas vezes mascarados, o que fica evidenciado na fala das entrevistadas sobre situações de racismo:

Acho que a consciência das pessoas que é bem ruim, acham que pode pôr a mão no outro, pode discriminar o outro. Às vezes isso aí é até da criação da pessoa, a pessoa cresce achando que isso é certo [...] uma pessoa negra tem que ser xingada por ser negra, tem gente que já cresce esse pensamento por causa dos pais, mas não deveria (Juliana).

Religião e cor... quantas guerras foram começadas por conta disso [...] não era muito explícito, era mais um afastamento você fica... um julgatório [...] meio escondido, sabe? As pessoas meio que... tratava diferente, mas fingia que não tratava (Lílian).

acontece violência com essas pessoas LGBTs, negros porque umas pessoas que ainda vivem tipo no passado, né? Pessoas que não respeita o próximo sabe? (Alice).

O cenário social de desigualdade aponta que algumas pessoas e coletivos estão marcados por uma identificação de classe, raça e gênero e atravessados por um processo de hierarquização e produção de poder no qual são inferiorizados e, assim, suscetíveis a sofrer violência<sup>32,33</sup>. As adolescentes estão inseridas nesse contexto de hierarquização, sofrendo as consequências do machismo e do racismo, de modo que aceitam e naturalizam a vivência de violência, como percebemos na fala da adolescente:

Porque para ela é tudo normal... Eu acho que ela já... acomodou em questão de preconceito. Ela tá tipo: eu sou isso mesmo, eu sou uma menina trans, eu faço programa, tô nem aí para ofensas, tô nem aí para racismo e tudo mais (Júlia).

Todo esse processo resulta em uma violência institucionalizada por parte do Estado, que se direciona a um segmento social bem específico abordado nessa categoria do estudo: mulheres adolescentes negras e pobres.

### **3.3 Percepções acerca da violência contra mulheres das minorias sexuais e de gênero**

Ao se analisar os gráficos de violência quanto à idade de vítimas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e +), é possível observar que a juventude é o período de maior vulnerabilidade. A adolescência é um período de formação da

identidade que por si só já indica o ápice da vulnerabilidade de pessoas homossexuais e bissexuais. Jovens de 10 a 19 anos heterossexuais correspondem a 44,6% do total de vítimas heterossexuais de violências de acordo com registros do Sinan, ao tempo em que adolescentes e jovens bissexuais da mesma faixa etária correspondem a 59,5% do total de vítimas bissexuais, e, por fim, homossexuais a 44,7% das vítimas. A mesma comparação não pode ser feita entre jovens trans e cis, por ausência de dados<sup>9</sup>. Em suas narrativas, as adolescentes revelam as discriminações contra pessoas LGBTQIA+ observadas em seus cotidianos, conforme relatos a seguir:

A gente percebe que se a pessoa é diferente ela tá errada e ela vai ser julgada e tratada de um jeito totalmente diferente. Mas eu acredito que isso nasce com a gente, por isso que tinha que ser respeitado, e que todo mundo é diferente, então... principalmente orientação sexual e como se vê é próprio de cada pessoa. Então a gente tem que respeitar mais (Esther).

Quando passa alguma coisa de... Uma pessoa que é gay, dá pra você quer que ela é gay, aí meu pai começa... Aquelas brincadeiras de machista, sabe? [...] Passa uma reportagem sobre mulher que namora mulher, aí ele começa a comentar, eu fico caladinha na minha, eu sei a minha opinião então... (Juliana).

Como apontado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em questão de quantitativo de registros de crimes letais contra pessoas LGBT, o Brasil lidera o ranking seguido pelo México e Estados Unidos<sup>34</sup>. Foram registradas 420 mortes violentas de pessoas LGBT apenas em 2018 no Brasil, ou seja, um indivíduo LGBT é morto a cada 20 horas no país. No ano de 2019 houve redução de 50% do número de denúncias em relação ao ano anterior indicando que os dados do Disque 100 estão provavelmente subestimados quando comparado aos de outras bases. Os motivos para esse declínio da busca pelo serviço para fazer denúncias podem ser desde a falta de confiança no equipamento governado pelo atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como a falta de prioridade política e financeira dada ao assunto pelo órgão, ou a divulgação insuficiente do canal de denúncias<sup>9</sup>. A violência contra essas pessoas fica evidente nas falas das entrevistadas:

E geralmente em relação à sexualidade tem os homofóbicos por aí, e eles acham que têm direito de meter porrada em todo mundo então... sim, muda bastante quanto à sexualidade e de gênero (Gabriela).

Tem casos de [...] gays que apanha na rua, só porque foi em um lugar, os caras bem machista... bate neles atoa [...]. Travesti também que eles batem (Juliana).

Através da criação da política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, deve-se pensar que um grande avanço no que se refere às pessoas transexuais e travestis foi a inclusão da garantia do uso do nome social para os usuários da saúde. Porém, no contexto em que essas pessoas estão inseridas, ocorre ainda a falta de respeito ao nome escolhido, uma violência que acontece diariamente nas suas vidas sociais<sup>35</sup>, como aponta a narrativa da adolescente a seguir:

Eu enfrento muitos desafios quando busco esse outro caminho... porque assim, eu não tenho meu nome ainda no... meu registro... aí tem aquela mudança... em geral algumas empresas não contratam a gente... por causa do nome e tudo mais... as pessoas vão ficar confusas... Ainda tem um preconceito, ainda mais porque sou uma trans brasileira, negra, né? Que ainda não tem o nome trocado... Mas eu tento cada vez mais... porque... eu não tô nem ligando, se a empresa não me contratar porque eu sei que eu... tenho foco de conseguir minha própria empresa... crescer no mundo e as pessoas ver, outras trans se inspirar em mim... porque se... uma trans negra ou pode ser também branca, homem ou mulher, não tem um currículo, ou não ter curso, ou não ter vontade de fazer... pode virar garota de programa, pode virar o garoto de programa, entende? Porque, tipo assim, eu não tenho meu nome trocado, já dei meu nome social, não tenho currículo bom, mas eu tenho programa... programa é fácil e não vai me custar dinheiro só preciso de internet no telefone ou uma esquina que passa carro, entende? (Júlia).

Por mais que a epidemia da AIDS tenha alertado para que o sistema de saúde notasse também as pessoas travestis e transexuais e despertado certa visibilidade ao grupo, as demandas dessa população são bem mais complexas e numerosas. Muitas vezes a prostituição, para além da sobrevivência financeira, representa para travestis e transexuais o caminho para o pertencimento social, que lhes é negado em outros espaços. Esse mesmo espaço em que são capazes de exercitar o feminino, a afetividade e as relações sociais, possibilitam o consumo de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos, além de maiores exposições às IST's e violência, apontando as diversas vulnerabilidades pelas quais o público perpassa<sup>35</sup>. A rua como único destino vai ao encontro do que a adolescente relata a seguir:

Olha, não tem muita é... violência verbal nesse mundo de programa, mas violência em questão de... agressão mesmo, sabe? Porque... eu vejo muitos vídeos no YouTube tipo a pessoa fez o programa com você... e muitas trans rouba e quer o seu dinheiro, e muita gente não aceita, sabe? Então... quer matar. E sofrer violência porque... fez o programa e não quer pagar, tem uma vida muito sofrida... eu já fui chamada várias vezes para trabalhar como programa, mas eu sei que tipo, é uma vida assim muito... arriscada, mesmo tendo dinheiro fácil que eu sei que é um dinheiro fácil... uma hora R\$ 100,00, uma hora R\$ 200,00, e ainda mais que... pra sociedade eu uma trans bonita e tudo mais, então vou ganhar muito dinheiro, né? Mas eu sei que não... por isso que eu tento cada vez mais... fazer curso, minha mãe me coloca coisa para fazer... Pra mim criar e crescer meu currículo para as empresas me contratar... para eu não ser mais uma trans de rua (Júlia).

Essa fala só reforça os dados sobre homicídios de pessoas LGBTQIA+, que têm crescido no Brasil a cada ano, consequência da ausência de políticas públicas potentes no combate a essa violência<sup>34</sup>, como continua o relato da adolescente:

[...] como mulher trans a violência é vivida de forma diferente. Tem muita gente que sofre violência verbal, igualzinho eu, e violência física... de a pessoa não aceitar mesmo que a pessoa é trans [...] eu tenho casos que minhas amigas conta... que já tomou tiro por ser trans, sofrer piadinhas na rua só por andar mesmo e tudo mais. Então... elas estão acostumada, sabe? [falam] eu deixo de lado e tudo mais, que isso sempre vai acontecer com a gente. Mas eu falo assim: não gente, se a gente continuar aceitando essas situações do dia a dia nossa mentalidade, nosso, psicológico vai ficar muito, mas muito mesmo... abalado, sabe? Se não tiver algum acompanhamento, médico algum... psicólogo e tal aí não tem o que fazer (Júlia).

O público LGBTQIA+ está excluído da sociedade em razão das normas culturais, sociais ou fisiológicas, havendo necessidades específicas de direitos e garantias que promovam a equidade<sup>36</sup>. Estão presente neste grupo, as mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero que correspondem a uma parcela marginalizada, especialmente quanto às preocupações com a sexualidade, visto que comumente o enfoque é dado à homossexualidade masculina. Essas ações excludentes acentuam ainda mais a ocorrência de violência contra as mulheres desse público, conforme relato da adolescente abaixo que se reconhece como mulher transexual:

[...]Eu não sei se isso é uma violência, mas... falar que não vai ficar... comigo porque eu sou uma menina trans ou porquê eu não tenho... o órgão genital feminino, isso é uma agressão pra mim ou... falar que eu sou... um homossexual vestido com roupa de mulher e tudo mais. Isso... atinge muito o psicológico de qualquer trans [...]. Sinto muito mesmo, exclusão, sabe? Que as pessoas não veem a gente como uma pessoa normal sempre tem que ter aquela coisa é trans. É trans, então eu não curto trans, entende? Pra gente eu sou uma pessoa normal... Se você é uma mulher trans, você é uma mulher! Se você é um homem trans, você é um homem. A gente não é menos homem, não é menos mulher porque a gente não tem órgão genital, porque não tá escrito em um lugar que pra você ser mulher você precisa ter um órgão genital, se tiver eu tô errada [...]. Mas a gente fica meio abalada porque... a pessoa chama a gente no WhatsApp... Ou vê a gente na rua... conversa com a gente, quer sair... no meu caso... conversa... fala que a gente é bonita e tudo mais. Aí eu tenho que falar que eu sou trans. Então, aí eu falo assim: não, mas aqui, eu sou uma menina trans. Tem algum problema para você? Alguns falam assim: não, não tem nenhum problema... estou de boa, mas vamos para casa? Vamos ver filme? Ou vamos para o motel? Já pensa em coisas sexuais, ou pede foto do corpo, do peito e tudo mais, não vê como a gente como uma mulher que pode... ir na rua com ele que pode sair no barzinho beber ou apresentar para os amigos, entende? (Júlia).

Também ocorre exclusão no contexto social e familiar representada pela seguinte contribuição de uma adolescente que se identifica como lésbica:

Em questão da sexualidade e orientação [...] cada um tem o seu jeito, sabe? Como lidar e tudo mais... e as pessoas deveriam aceitar porque tem muito tempo que existe, não é de agora. As pessoas acham que, tipo assim, se a pessoa é homossexual, da comunidade LGBT [...] a gente vai ir pro inferno por causa disso, porque Deus não aceita isso, mas se Deus não aceitasse isso ele não criaria as pessoas do jeito que elas são e, tipo assim, as pessoas deveriam entender isso. [...] O povo daqui de casa, como eu disse, ele é muito religioso então [...] eles não aceitam, eles não apoiam e por isso eu cheguei a conversar com o padre sobre isso, porque eu falei que têm muitas das pessoas que são católicas só que não frequentam a igreja por ser da comunidade LGBT (Giovanna).

Todas essas falas demonstram o longo caminho a ser percorrido na desconstrução dessa cultura patriarcal, misógina, racista e LGBTQIA+fóbica, pois são questões estruturadas e institucionalizadas no Brasil e no mundo com concepções sobre a mulher adolescente construídas historicamente. São através de debates, ações e espaços de voz a esse público que se inicia a caminhada nessa luta por novas representações e reestruturações sociais.

#### 4. Considerações Finais

Concluimos que esse estudo possibilitou identificar as percepções das adolescentes acerca da violência, especialmente a de gênero, nos seus cotidianos. As narrativas construídas possibilitaram a ampliação da compreensão sobre o tema da violência e favoreceram a descoberta e troca de informações construídas culturalmente através das discussões propostas.

Em suas narrativas as adolescentes trouxeram suas representações sociais acerca da violência. Tornou-se evidente nos discursos que permearam as entrevistas e o grupo focal que, na perspectiva das adolescentes, suas vidas são marcadas pelo racismo, violências, estigmas, condição de trabalho precária especialmente para mulheres trans e ausência de políticas públicas, o que situa esse grupo em um contexto de vulnerabilidades sociais.

Tão pertinente quanto o ato de conceituar o que a palavra violência significa, é compreender o que ela representa para as pessoas que a vivenciam. Entender os significados da violência para as mulheres adolescentes é um dos passos importantes para o caminho da transformação social, de modo a atingir a compreensão de como a violência se constitui no cotidiano dessas pessoas. Acredita-se que sejam fundamentais estudos que aprofundem nas vulnerabilidades mencionada pelas adolescentes no que se refere as violências domésticas, institucionais e sociais.

Por fim, estudar e pensar a dinâmica da violência contra a mulher adolescente a partir do diálogo com essa população representa a construção de novos saberes e reconstruções, ao desencadear uma reflexão crítica com mais clareza nas intervenções possíveis e na promoção da saúde e dos direitos humanos das mulheres adolescentes.

Consideramos como fator limitante para o estudo o fato de algumas adolescentes não possuírem acesso à tecnologia e, portanto, não terem participado da pesquisa. Essas adolescentes fazem parte do público ainda mais suscetível à vivência de violência devido à sua vulnerabilidade socioeconômica. Cabe ainda ressaltar que os resultados deste estudo buscaram compreender a realidade específica das adolescentes atendidas no campo de atuação da pesquisa e não são aplicados a situação geral das adolescentes brasileiras, já que aqui se resalta não a generalização, mas a singularidade através da imersão na vida cotidiana dessas mulheres adolescentes.

## Referências

1. Kassada DS, et al. Gravidez na adolescência: desafios e práticas na atenção primária à saúde em Campinas, São Paulo. *Revi. Qual. HC* 2020; 28-32.
2. Dos Anjos SNR, Ramos MFH. A escolarização de adolescentes em conflito com a lei: uma revisão da literatura. *Res., Soc. Dev.* 2020; 9(11): 1-27.
3. Lolli LF, et al. Violência praticada contra crianças e adolescentes no estado do Paraná: estudo retrospectivo do quinquênio 2010-2014. *Braz. J. Health Rev.* 2020; 3(4): 11198-214.
4. Santos DF, et al. Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde Soc. São Paulo* 2021; 30 (3): 1-13.
5. Itaboraí NR. A pandemia desde a perspectiva das desigualdades entre e dentro das famílias: achados e agenda de pesquisas sobre as dimensões de classe, raça, gerações e gênero no Brasil. In: IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población; 2020. Rio de Janeiro; 2020. p. 1-29.
6. Cordeiro KCC, et al. Violência doméstica vivenciada por adolescentes: discurso de educadoras. *Texto Contexto Enferm* 2019; 28: 1-12.
7. Richartz T. Violência doméstica no romance a dança dos cabelos, de Carlos Herculano Lopes: uma leitura a partir dos direitos humanos. *Recorte* 2020; 17(1): 1-14.
8. Campos DA, Cardoso HM, Moretti-Pires RO. Estado, relações de gênero e violência entre moradores de rua. *Saúde transform. soc.* 2020; 11(2): 75-86.
9. Cerqueira D, et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP; 2021. 108 p.
10. Silva RA. (Monografia). Mapeamento da violência que vitimiza os adolescentes: recorte de uma escola pública de Fortaleza. Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019.

11. Nóbrega DO, Andrade ERG, Melo ESN. Pesquisa com grupo focal: contribuições ao estudo das representações sociais. *Psicol. Soc.* (Online) 2016; 28(3): 433-41.
12. Albuquerque SWCD. (Dissertação). Experiência de ortodontistas no uso de um aplicativo de visualização 3D para análise de modelo ortodôntico: um estudo qualitativo através de entrevista semiestruturada. Faculdade de Ciências de Saúde, Universidade de Brasília, Brasília. 2020.
13. Sanches N, Martins TC, Silva RB. O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal. *Aletheia* 2020; 53(2): 165-78.
14. Souza MKB, et al. Potencialidades da técnica de grupo focal para a pesquisa em vigilância sanitária e atenção primária à saúde. *Rev. Pesqui. Qual.* (Online) 2019; 7(13), 57-71.
15. Rhiry-Cherques RH. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Rev. PMKT* 2009; 3: 20-7.
16. Silva EP, et al. Meta-análise das pesquisas sobre autorregulação acadêmica. *Res., Soc. Dev.* 2020; 9(11):1-25.
17. Okabayashi NYT, et al. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil: impacto do isolamento social pela COVID-19. *Braz. J. Health Rev.* 2020; 3(3): 451-31.
18. Pessoa NS. Formação social brasileira e violência: autoritarismo e negação dos sujeitos. In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*; 2019. Brasília. p. 1-12.
19. Fernandes NC, Natividade CSJ. A naturalização da violência contra a mulher. *Braz. J. of Dev.* 2021; 6(10): 76076-86.
20. Lira KFS. Representação social da violência contra as mulheres: uma revisão dos estudos no Brasil. *Rev. psicol. (Fortaleza, Online)*2019; 10(2): 25-36.
21. Leite YSCO, et al. Gravidez na adolescência e vulnerabilidade em tempos de pandemia pelo sars-cov-2 (covid-19). *Braz. J. Health Rev.* 2021; 4(4): 16284-92.
22. Lima JGS. Caso Mariana Ferrer: a internet como fortalecedora da democracia e a visibilização on-line da violência contra a mulher. In: *XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã*; 2021. Online. Goiás: Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã; 2021. p. 1-11.
23. Saraiva VCS. Abrigo, prisão ou proteção? Violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados. *Argum. (Vitória)* 2019; 11(2): 75-91.
24. Almeida BAM, Leal BFL (Monografia). O estupro enquanto crime de gênero: uma análise cronológica da legislação brasileira. Faculdade de Direito, Centro Universitário Una Betim, Betim. 2021.
25. Ferreira LA, Ferreira GBM. Estudo da vitimização secundária nos crimes sexuais. *Rev. Recifaqui (Online)* 2021; 2 (11): 361-78.
26. Jesus EA (Monografia). A quebra do segredo de justiça nos crimes contra a dignidade sexual como instrumento de proteção às vítimas: uma análise acerca do art. 234-B do código penal e da sua aplicação no ordenamento jurídico vigente. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador. 2021.
27. Mari J. Justiça mantém absolvição de acusado de estupro de Mariana Ferrer. *CNN Brasil [Internet]*. 7 Out 2021; Nacional: [3 páginas]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-mantem-absolvicao-de-acusado-de-estuprar-mariana-ferrer>. Acesso em 16-10-2021.
28. Queiroz GMF, Silva VA. De Marianas a Marias: a aplicabilidade do depoimento especial para vítimas de violência sexual. *Revista de Direito do CAPP* 2021; 1(1): 128-231.
29. Teixeira EF. (Dissertação). "Um jogo de gato e rato": estudo sobre a vitimização de mulheres por estupro repetido. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.
30. Roichman CBC. Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. *Rev. Katál.* 2020; 23(2): 357-65.

31. Teodoro CC (Dissertação). O grito do silêncio: abuso sexual infantil, proteção integral e família a violência doméstica intrafamiliar e os desafios do sistema de garantia de direitos. Programa de estudos pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2019.
32. Fontana LS (Dissertação). O discurso do colorismo no Brasil: Processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras. Instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2021.
33. Vasconcelos JPR, et al. Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. Saúde transform. soc. 2020; 11(2): 98-109.
34. Mendes WG, Silva CMFP. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. Ciênc. Saúde Colet. (Online) 2020; 25(5): 1709-22.
35. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Orientação sexual e identidade de gênero na determinação social de saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
36. Severino MF, et al. Atenção Integral à saúde da mulher LGBTQIA+: preconceito e como isso reflete socialmente. Revista de Extensão e Iniciação Científica da UNISOCIESC 2021; 8(2).

---

Artigo Recebido: 18.03.2021

Aprovado para publicação: 22.03.2022

**Geisilane Nogueira da Silva**

Universidade Federal de São João Del-Rei

Rua Sebastião Gonçalves Coelho, 400 - Chanadour, Divinópolis - MG, 35501-296

Telefone: (37) 99921-8195

E-mail: geisilanenogueira@gmail.com

---